

IDENTIDADE NACIONAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM ÁREA DE IMIGRAÇÃO (GRUPO ESCOLAR PROFESSOR LAPAGESSE, 1951-1964)¹

Claudia Oliveira Santos Miranda

Graduada em Pedagogia (UNESC), bolsista Pibic/CNPq.

E-mail: claudiamiranda@bol.com.br

Dorval do Nascimento

Doutor em História (UFRGS), professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (UNESC)

E-mail: dna@unesc.net

Resumo

O presente artigo discute a temática das identidades culturais nas décadas de 1950 e 1960 a partir de pesquisa realizada num grupo escolar do sul de Santa Catarina cujo objetivo foi investigar os processos de constituição da identidade nacional numa escola situada em área de imigração. Observaram-se os processos escolares de consolidação do projeto oficial de identidade nacional em um contexto de intenso controle da escola por parte das autoridades oficiais.

Palavras-chave: Identidade nacional. Grupo escolar. Civismo.

NATIONAL IDENTITY IN A PUBLIC SCHOOL IN AN IMMIGRATION AREA (LAPAGESSE SCHOOL, 1951-1964)

Abstract

This article discusses the issue of cultural identities in the 1950s and 1960s. The data came from a research in a school of Santa Catarina whose objective was to investigate the processes of national identity formation in a school located in an area of immigration. It was analyzed the process of consolidation of an official project on national identity in a context of intensive school control by the authorities.

Keywords: National identity. School. Patriotism.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil.

O presente artigo discute os dados coletados na pesquisa *Escola e Identidade Étnica: Investigando a constituição de sujeitos étnicos em uma escola pública (Criciúma, 1953-1964)*, realizada no âmbito do grupo de pesquisa Identitare – Investigação em Identidades e Educação. Este estudo teve como *locus* o Grupo Escolar Professor Lapagesse. A escola foi criada em 15 de agosto de 1932, pelo Decreto nº 261, assinado pelo General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal de Santa Catarina. Começou a funcionar somente no ano seguinte, em 1º de maio de 1933, e sua inauguração oficial se deu em 21 de maio de 1933, pelo Inspetor Escolar João dos Santos Areão. Cabe ressaltar que este é o mais antigo grupo escolar do município de Criciúma e a mais importante escola pública da região até meados de 1970; conseqüentemente, tem grande importância para a história da educação de Santa Catarina, do município e da região. Situada na parte central da cidade, a escola recebeu ao longo dos anos um contingente numeroso de alunos do município e das localidades circunvizinhas, sendo que destes um número expressivo era de descendentes de imigrantes europeus, em vista das políticas públicas de colonização do país que atraíram para a região Sul um número expressivo de grupos imigrantes para que a ocupassem. “Dava-se preferência à imigração de europeus, que foram escolhidos a dedo para branquear o país” (KREUTZ, 2000, p. 349). Santa Catarina foi um dos estados do Sul em que a presença desses imigrantes tornou a região diversificada étnica e culturalmente das demais regiões do país, sendo que Criciúma e os municípios limítrofes receberam um aporte significativo de italianos, alemães e poloneses, principalmente. “A partir do século XIX, um expressivo número de imigrantes de diversas etnias contribuiu para a formação de um pluralismo étnico e cultural mais visível nas regiões sul e sudeste do Brasil” (KREUTZ, 2000, p. 347).

Com base nestes fatos buscamos cruzar a discussão contemporânea de constituição de identidades, notadamente a étnica, com o ambiente escolar, pois a escola é um dos locais que favorece uma série de relações tanto culturais quanto sociais. As representações relacionadas aos grupos étnicos naquele ambiente escolar nos guiaram no roteiro das entrevistas e ao encontro destes grupos, conscientes de que para isso seria necessário imputar uma classificação étnica exógena que nos permitiria localizá-los e a suas histórias de vida. Quer seja estabelecida de maneira endógena ou exógena, uma imputação étnica implica critérios decisivos da pertença, em função dos quais são formulados os julgamentos de semelhança ou de dessemelhança, e índices operatórios em função dos quais se realizam os procedimentos de atribuição das identidades étnicas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.150).

A etnicidade não é um dado natural (biológico), e sim construção dos sujeitos que pertencem a esses grupos na sua relação com os outros e a si mesmos e que se abastece na

singularidade desses sujeitos, que os classifica e os diferencia, sendo que certos signos culturais, mesmo não se mantendo estáticos, são índices que nos servem de aporte para diferenciá-los.

A etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.141).

Um dos marcadores simbólicos que investigamos – o sobrenome dos alunos – foi analisado e pudemos constatar que os de sobrenome italiano perfaziam uma porcentagem representativa maior em relação aos demais grupos de descendentes de europeus, mas que num comparativo com os de sobrenome de origem brasileira, designação que se dá, nas áreas de imigração, às pessoas que não estão vinculadas às correntes europeias de imigrantes de fins do século XIX, tinham menos que a metade de representatividade no contexto escolar, como se percebe no quadro abaixo:

TABELA I - COMPOSIÇÃO ÉTNICA DOS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR LAPAGESSE/CRICIÚMA (1951-1964)

ANO	ORIGEM ITALIANA	%	ORIGEM "BRASILEIRA"	%	TOTAL DE ALUNOS/AS
1951	73	25,34	186	64,58	288
1952	97	30,99	191	61,02	313
1953	123	33,97	198	54,69	362
1954	127	35,47	205	57,26	358
1955	34	28,57	78	65,54	119
1956	25	24,75	70	69,30	101
1957	23	20,53	84	75,00	112
1958	14	17,07	59	71,95	82
1959	14	16,27	66	76,74	86
1960	28	28,00	66	66,0	100
1961	31	30,09	65	63,10	103
1962	27	18,24	113	76,35	148
1963	49	28,32	115	66,47	173
1964	43	22,16	145	74,74	194

Fonte: Livros de matrícula do Grupo Escolar Professor Lapagesse (1951 – 1964). Em vista da organização do livro de matrículas nos anos de 1951-1954, dividindo as turmas por gênero e não por classe, registraram-se todos os alunos, totalizando mais de quatro classes por ano nesse período.

Naquele período a cidade tinha uma forte economia voltada ao carvão, o que atraiu muitas pessoas de outras localidades para o trabalho na mineração, tendo como consequência

a diversificação étnica e social da cidade, e a escola começou a ser percebida, naquele contexto, como um espaço de ascensão, o que levou os pais, independente de sua classe social ou grupo étnico, a incentivar seus filhos a se escolarizarem no grupo escolar. No relato de uma professora percebemos que o número de alunos que procurava o Lapagesse no período é muito maior até do que sua estrutura física, tendo a escola que implementar vários horários para contemplar a demanda.

Olha, assim que eu comecei a trabalhar, era só o Lapagesse que tinha, até teve uma época que teve três turnos, de tanto aluno que tinha [...]. Das oito às onze, das onze às duas e das duas às cinco da tarde. Só com o intervalo de quinze minutos, aí eu acho que criaram o Joaquim Ramos, aí aliviou e voltou aos dois turnos (C.A.).

Com base nos relatos dos depoentes inferimos que na escola naquele período não se dava ênfase à identidade étnica. Estes não se manifestavam publicamente como pertencentes etnicamente a um grupo específico. Este fenômeno conhecido como “paradoxo da identidade” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.148) nos leva a perceber que, em regiões de imigração como a do sul do Estado, ter ligações ou representações tanto culturais quanto sociais com o que era considerado estrangeiro, principalmente naquele contexto político de nacionalismo que foi instaurado no país, poderia ser demasiadamente desvantajoso ou até conflituoso. Outro aspecto seria que as representações étnicas na cidade não tinham grandes manifestações naquele período em vista de que a imagem do mineiro concentrava uma representatividade maior, pois a mineração englobava praticamente a maior fonte de renda do município. Mas este dado não permaneceu por muito tempo, pois percebemos nos jornais da cidade que de forma lenta se começou a discutir a presença imigratória e suas representações simbólicas, processo que se consolidou no final dos anos 1970 e que significou a apresentação pública de Criciúma como *cidade das etnias* (NASCIMENTO, 2006, p. 61).

Na escola, as representações étnicas manifestavam-se nos quadros de uma política oficial de afirmação da identidade nacional, posta em prática desde pelo menos o período varguista e que ainda se fazia presente no momento histórico considerado pela pesquisa, sob fiscalização dos diretores e inspetores escolares. Ainda que as relações interétnicas sejam fundamentais numa escola de área de imigração, como é o caso do Grupo Escolar Professor Lapagesse, dar-se-á visibilidade, neste artigo, às características e formas de articulação da memória oficial nacional em uma escola pública, confirmadora de uma identidade que podemos considerar como legitimadora naquele período histórico, no caso o nacionalismo (CASTELLS, 2003).

A IDENTIDADE NACIONAL NAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS

Uma das práticas mais importantes de manifestação da identidade nacional no grupo escolar eram as comemorações de datas cívicas. Uma professora nos relata que as datas eram “uma festa”, tanto para os professores como para os alunos. Todos cantavam, havia muito civismo. “A festa tem sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes” (OLIVEIRA, 1989).

Temos nas falas dos entrevistados como se processa a memória nacional, pois ela é uma construção que unifica os indivíduos de tal maneira que em um dado momento todos estão unidos por um laço imaginário, mesmo que este não se dê nas demais esferas sociais.

Era tudo uma festa, desfiles, a gente tinha certo orgulho e as crianças também tinham orgulho de desfilar, cantavam com orgulho no Sete de Setembro, no dia da Bandeira, com muito civismo (C.S.A.).

Nos relatos dos entrevistados encontramos suas singulares memórias, na medida em que o relato de cada participante nunca é igual ao de outro, há traços de singularidade nas entrevistas referentes a alguns dados que nos sinalizam sobre uma memória construída coletivamente, mas que se singulariza em cada sujeito. Portanto, é necessário afirmar que existem memórias individuais e coletivas (HALBWACHS 2006, p.71). A memória individual não está isolada e fechada, as lembranças estão em fatos vividos, recordados quando se busca em algum fato ou acontecimento sincronia com a experiência individual, ou seja, necessita-se muitas vezes relembrar algo, quando solicitado: “[...] Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2006, p.72). A memória coletiva contém a memória individual, a diferença está em que quando recorremos a ela, deixa de ser pessoal.

Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas, evolui segundo suas leis, e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 2006, p.72).

Existe um ingrediente significativo neste processo, pois a partir das memórias coletivas é organizada uma memória nacional dominante, que se concretiza em datas e fatos que merecem ser exaltados até que sejam guardados na memória.

Diferentes grupos da sociedade constroem suas memórias coletivas a partir das quais é montada e organizada uma memória nacional dominante. Os especialistas, historiadores, publicistas, ideólogos, doutrinadores e educadores constroem a memória nacional, organizando as comemorações, as festas, definindo os heróis que não merecem ser esquecidos (OLIVEIRA, 1989, p.173).

Nas entrevistas é visível que todos estes elementos compõem a memória individual e a memória coletiva de cada entrevistado, pois se percebe que há sincronismo entre alguns fatos da memória nacional dominante, como o civismo e as datas comemorativas em que a escola se envolvia. Estas foram difundidas de tal maneira que hoje estão preservadas na memória individual, e quando solicitadas, têm coerência, constituindo-se enquanto memória coletiva, sendo esta uma manifestação importante para a construção de uma identidade nacional que compelia outras manifestações de identidade étnica precisamente europeia no espaço escolar. Nas atas pedagógicas e atas de associações escolares encontra-se preocupação do corpo docente com as datas, os fatos da narrativa histórica oficial, o civismo bastante presente nas cerimônias dentro e fora do ambiente escolar, a preocupação com o português culto, o que nos leva a crer que estes fatos se constituíam como forte reforço à construção de uma identidade nacional.

Outra Professora compartilha suas memórias em relação às datas comemoradas, como o dia da Bandeira (19 de novembro), e reforça o caráter cívico de hastear a bandeira diariamente. Nota-se que a bandeira é utilizada como um registro visual que precisa ser trabalhado todos os dias com os alunos. Sobre as datas, ela vai além e acrescenta o 21 de abril (Tiradentes), 15 de novembro (Proclamação da República), 7 de setembro (Independência do Brasil), ou seja, exaltação aos heróis e fatos considerados importantes da nação. Para Oliveira (1989), datas, heróis, monumentos, músicas e folclore se conjugam na montagem da memória nacional e, se esta tem consistência, produz-se um importante reforço à coesão social. Afirmou uma das professoras entrevistadas:

Olha, eu me lembro que no começo era diariamente, era determinado à classe para hastear a bandeira. Todos os dias e no fim da tarde era retirada. Comemorações era 21 de abril, 7 de setembro, 15 de novembro. [...] Para o Sete de Setembro a gente ensaiava bastante, que não tinha tanto movimento nas ruas, aí tinha o desfile [...] (C.A.).

Um depoente nos relata que antes de entrar na sala já começava a preparação para o cerimonial diário, e o termo dito por ele, perfilar, usado também pelos militares para pôr-se

em posição de sentido, era usado na escola, ou seja, a disciplina e ordem militares haviam deixado marcas de sua estrutura comportamental na educação.

Antes de começar a aula tinha que se perfilar no pátio para cantar o hino nacional, toda aquela história. Civismo, quando tinha Sete de Setembro, marchas, tudo bem uniformizado, certinho, já começa um mês antes o ensaio. Isso era bem marcante, Sete de Setembro, dia da Bandeira, hasteava a bandeira, cantava o hino, todo mundo perfilado no pátio da escola. Eu lembro que as datas eram bem marcantes (M.J.O.).

Outra aluna relata o Sete de Setembro como muito marcante, as marchas e a bandeira.

Sete de Setembro a gente marchava certinho, ensaiávamos dois meses antes e íamos ao Centro para ensaiar, eu fui várias vezes guia, na frente dos pelotões. Todo dia antes de entrar na sala de aula hasteávamos a bandeira, a gente dizia a forma, era a fila do menor para o maior (R.D.).

Outra professora nos relata novamente as datas e a bandeira, que era muito homenageada, os hinos, o uniforme de gala para comemorar o Sete de Setembro. Isto nos faz perceber como que era construída a identidade nacional na escola através das comemorações de datas cívicas. Estes são indícios que nos fazem perceber o papel da educação neste processo.

A identidade nacional é construída e perceptível via as representações simbólicas como a bandeira nacional, as moedas, os selos, os hinos e os rituais presentes nas festas cívicas, populares, em jogos esportivos, nos funerais de pessoas que se destacaram no cenário nacional (ZAMBONI, 2003, s/p).

No registro a seguir, de uma professora do Grupo Escolar Professor Lapagesse, se percebe os rituais cívicos que cercavam a comemoração das datas importantes como a da Independência do Brasil, certamente a data cívica mais relevante naquele contexto:

No Sete de Setembro, o dia da Bandeira, a bandeira era muito homenageada, as datas cívicas e outras datas, São João [...] Segunda-feira a gente fazia uma homenagem à bandeira, cantava o hino nacional na entrada e na sexta-feira cantava o hino nacional e da bandeira. A Dona Gerda cantava e às vezes faziam a gente cantar. Para o sucesso do Sete de Setembro, tinha-se esse compromisso, era muito interessante os esforços que os pais faziam, era uma boina branca, luva branca, uniforme, meia branca, as meninas usavam isso aí e era muito bonito (P.G. A.).

Outro registro analisado para melhor compreensão principalmente das festividades em

que a escola participava são as fotografias que surgiram do acervo pessoal de uma entrevistada. Nelas encontramos manifestações do Sete de Setembro. Na fotografia a seguir percebemos que essa data era uma manifestação importante de nacionalidade. Observa-se o público nas ruas, os alunos da banda, a organização em filas, que muito lembra as marchas militares. A bandeira nacional aparece nos instrumentos da banda musical. A marcha acontece sobre o olhar atento de duas professoras.



Fotografia referente ao desfile de Sete de Setembro. Década de 1950. Acervo pessoal de C.S.A.

A imagem demonstra um momento importante em que a escola apresentava-se para a cidade e a região. A escola necessitava manifestar-se publicamente sobre as representações que eram esperadas dela naquele momento. Observa-se desse modo a importância da construção pedagógica das manifestações cívicas, na medida em que estas começavam na escola e tinham seu auge nas ruas principais da cidade, onde uma plateia esperava ansiosa para ver desfilar seus filhos, sob o olhar atento das autoridades das diversas esferas públicas, representantes ali dos interesses do Estado-nação.

Na reportagem abaixo se encontra uma comissão responsável pelo cerimonial do Sete de Setembro. A matéria conclamava a todos os setores da sociedade a participar da cerimônia, fazia referência da data com a independência do Brasil, justificando a importância deste dia. Fazia menção a uma história oficial que hoje compreendemos como questionável, pois é alicerçada nas ideias centrais que discutimos, constituindo-se como elemento de forte reforço à construção da memória coletiva. “A comissão organizadora nos festejos da Semana da Pátria tem o grato prazer de convidar as autoridades e o povo de Criciúma em geral, para participarem de todos os atos com que aqui solenizaremos a magna data de nossa Independência” (SETE de Setembro..., 1956, p. 8).

Quando trabalhamos com jornais, precisamos compreender também suas representações. Não há como negar que a imprensa escrita é importantíssima para a sociedade, mas não se pode negar também que muitas vezes prevalece uma informação em detrimento de outra, e que um dos seus principais artifícios é a sensação de que certos eventos acontecem de forma igual tanto em nível local quanto nacional ou mundial. Os jornais têm ainda uma dimensão capaz de alcançar, através de sua linguagem popular, um número significativo de pessoas, e por isso se tornam importantes para a nação porque, dando destaque às ideias construídas (imaginadas) para a população, estabelece-as de forma sucessiva, forte e consistente através dos anos, reforçando a memória coletiva e nacional.

[...] a própria concepção do jornal implica na refração de “eventos mundiais” idênticos em um determinado mundo imaginado de leitores na língua vulgar; e, também, em quão importante é, para essa comunidade imaginada, uma ideia de simultaneidade firme e sólida através do tempo (ANDERSON, 1989, p.74).

O jornal destacava a programação completa do Sete de Setembro. Vários setores da comunidade se envolviam nas festividades para o dia, que começavam pela manhã e transcorriam o dia inteiro. A escola fazia a abertura da cerimônia, a igreja também participava, o desfile era o auge da festividade, e havia ainda uma sequência cronológica a expressar que a data era exaustivamente trabalhada, sendo que seu encerramento sempre contava com a participação do prefeito ou outra autoridade discursando sobre a importância do ato, no caso um ritual de comemoração da independência.

Às 6:00 horas alvorada ao som da fanfarra do Grupo Escolar Professor Lapagesse [...], às 7:00 horas missa solene na Igreja Matriz, às 8:30 horas concentração das autoridades, comunidade e alunos [...] onde será desenvolvido o seguinte: hasteamento do Pavilhão Nacional pelo Sr Prefeito Municipal, ao som do Hino Nacional tocado pela banda musical Cruzeiro do Sul [...] saudação à bandeira, discurso oficial pelo Dr José Pimentel, marcha (SETE de Setembro..., 1956, p. 8).

Encontramos um artigo no jornal que descrevia, além dos fatos históricos oficiais, uma narrativa cheia de entusiasmo pela comemoração ocorrida. Induzia a pensar que fora destas datas até havia diferenças de classe, mas quando se tratava de assuntos patrióticos, isso não era mais relevante. Nesses momentos, a população esquecia-se de suas diferenças para comungar de uma representação simbólica nacional.

Sete de Setembro! Não há brasileiro que, nesta data, não se sinta ufano daquele ato nobre e sublime de Dom Pedro I que redimiu o Brasil dos grilhões da servidão. Ricos e pobres, nobres e plebeus, moços e velhos, todos, no dia da Pátria, sentem o sangue efervescer em suas veias. É que esta efeméride em uns faz despertar o espírito patriótico e para outros traz a saudade, a lembrança, a reminiscência dos tempos idos (PIERI, Sebastião H. 1958, p.1).

Sobre os tempos idos, o autor está se referindo aos tempos de estudante e de serviço militar. Esta narrativa é interessante, pois nos faz analisar que eram dois momentos de representação pública patriótica na vida de um homem. Primeiramente ele recebia estes ensinamentos na escola, e na fase adulta, já familiarizado com estas representações, apresentava-se ao serviço militar para concluir o curso cívico e patriótico.

Quando assistimos a um desfile de Sete de Setembro e escutamos o toque marcial dos tambores e das fanfarras, de imediato nosso íntimo é dominado pela lembrança do tempo em que garbosamente desfilávamos incorporados a um educandário ou servindo à Pátria nas Forças Armadas (PIERI, Sebastião H.1958, p.1).

OUTRAS PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

A partir da leitura e análise das atas de reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Professor Lapagesse, nos anos de 1956 a 1961, percebeu-se que os inspetores escolares exerciam uma função fundamental no controle do processo pedagógico e na consolidação da nacionalidade. As reuniões eram registradas em ata com a assinatura de todos os presentes e depois era “enviada por cópia à Inspeção da 11ª Circunscrição para efeitos legais” (Ata da 1ª Reunião Pedagógica, livro nº 30 F, 1956, p. 351). O papel dos inspetores era de controlar o andamento das escolas, se estas obedeciam ao programa elaborado pelo governo – esta era a principal estratégia de garantir o projeto oficial. A escola se estruturava para cumprir os ditames do Estado sob a vigilância dos inspetores: “Igualmente as professoras dos demais anos: Ler o programa e ministrá-lo como este manda” (Ata da 2ª reunião pedagógica, livro nº 30 E, 8 de abril de 1961, p. 25).

Outra importante construção se dava na disciplina de geografia, tendo em vista que a identidade nacional teve destaque nas disciplinas de história (aos fatos e heróis), língua portuguesa (construção da língua oficial) e geografia (as questões relativas ao território, espaço). “As crianças devem fazer desenhos, como o mapa do Brasil, a bandeira do País e do Estado, para conhecerem melhor. Alguns desenhos os alunos podem fazer em casa” (Ata da 2ª

Reunião Pedagógica de 11 de Abril de 1959, livro nº 30 E, p. 6).

As atas de reuniões pedagógicas registram também as atividades referentes às associações escolares. Estas deveriam ter encontros registrados em atas separadas e encaminhadas à direção. “As atas globalizadas das Associações Escolares deverão ser enviadas ao gabinete até o fim do corrente mês” (Ata da 4ª reunião pedagógica, livro nº 30 F, 10 de junho de 1956, p. 355). Fica claro que o papel das associações escolares era de fazer as homenagens à bandeira, aos heróis ou mártires. Na ata pedagógica isso fica bem claro: “Duque de Caxias - No dia 25 de agosto será homenageado Duque de Caxias. As professoras orientadoras da Liga Pró Língua Nacional ficarão encarregadas do programa e ensaio dos números” (Ata da 5ª Reunião Pedagógica do dia 11 de agosto de 1956, livro nº 30 F, p. 358).

A pesquisa localizou e analisou as atas específicas de sete associações escolares, todas da década de 1960, que são as seguintes: Liga Pró-Língua Nacional (1961), Pelotão da Saúde (1965), Liga da Bondade (1962), Museu Escolar (1962), Clube de Leitura (1967), Centro Cívico (1967) e Clube Agrícola (1967). Essas atas compõem-se de vários cadernos, onde há as datas, o nome de uma ou duas professoras e dos alunos que compõem cada uma delas. Consta quem participou e as determinações deliberadas; não há relatório das ações realizadas, mas o registro do ato proposto. Nota-se que as atas eram também analisadas via inspeção, pois há rubrica em algumas folhas no ano de 1962, com o nome, e abaixo da assinatura consta a data e “inspetor escolar”. A correção é feita a lápis, e as atas eram escritas a caneta, fato que nos leva a inferir que provavelmente os inspetores corrigiam aquilo que consideravam não estar correto. A direção também exercia controle sobre estas associações: “Material a ser entregue no fim de ano: caderno das associações, atas das associações, [...] programa de ensino [...] (Ata da 7ª reunião Pedagógica do Grupo Escolar Professor Lapagesse, livro nº 30 F, p. 364, 13/10/1956).

Uma das associações escolares mais importantes era a Liga Pró-Língua Nacional. Ainda que estivesse presente nas demais escolas públicas, a Liga Pró-Língua Nacional adquiria especial relevância no grupo escolar, em vista de ser uma escola que concentrava um grande número de alunos e se localizava numa região que recebeu grande número de imigrantes europeus. Encontra-se preocupação por parte da direção em relação ao português culto. Relacionado a este tema, os hinos deveriam ser trabalhados também por esta liga na norma culta. “Os hinos patrióticos devem ser ensaiados com seu português correto” (Ata pedagógica do dia 8 de abril de 1961, p. 25, livro nº 30 E). A Pró-Língua Nacional tinha preocupação com a construção de uma língua única “nacional”, herança do período do Estado Novo, em vista de que ela é também um símbolo que une e difere as nações uma das outras,

elemento fundamental na identidade. “A língua é um símbolo de identidade (talvez o mais poderoso) que permite nos reconhecermos como naturais de uma cidade, de um país e, ao mesmo tempo, identificar quem não o é” (BERENBLUM, 2003, p.20). A língua oficial brasileira que percebemos hoje ser uma construção política que contribuiu na construção de uma identidade nacional foi anexada a outros determinantes, não se deu isolada, mas foi sem dúvida o mais importante deles. “No entanto, este sentimento de identidade através da língua, associado à ideia de nacionalidade que hoje nos parece tão ‘natural’, é produto da combinação de diversos processos históricos originados na modernidade” (BERENBLUM, 2003, p.22).

Todos estes registros destacados até aqui nos dão indícios para compreender os meios de construção da identidade nacional na escola naquele período. A partir de alguns indícios, outros surgem e nos permitem ampliar a análise dos materiais. Nas entrevistas, uma professora lembrou-se do nome do livro que utilizava com seus alunos no curso primário.

Na 2ª, 3ª, 4ª o livro adotado era “Vamos estudar”; eram textos, sempre muito interessantes com conteúdos sempre de formação, uma mensagem, uma lição de vida, às vezes alguns eram hilários. A professora explorava estes textos, tinha vocabulário e perguntas sobre o texto, diferente de hoje que os livros já trazem o conteúdo gramatical aplicado, naquela época a professora trabalhava à parte (P.G.A.).

Diante de alguns exemplares digitalizados, buscamos analisá-los observando que propostas traziam. “O livro didático é parte do arsenal de instrumentos que compõem a instituição, parte esta, por sua vez, da política educacional, que se insere num contexto histórico e social” (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984, p.111). Percebe-se que o livro tem propostas políticas educacionais para o momento em que ele é criado. Naquele momento ele deveria ser um material que pela sua narrativa se traduzia como verdade, incontestável tanto para alunos e professores. No período que inicia nosso estudo, os livros escolares tinham características restritas aos programas oficiais.

De 31 a 56 os compêndios seguem estritamente os programas oficiais, mesmo quando estes são falhos, o que indica a necessidade de se expedirem oficialmente apenas os programas “mínimos”, deixando-se a elaboração do desenvolvimento a cada estabelecimento de ensino (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984, p.24).

Encontramos na contracapa do livro a seguinte frase que confirma o que as autoras dizem sobre essa sintonia: “Rigorosamente de acordo com os programas oficiais” (SANTOS, 1957, s/p).



Capa do livro *Vamos Estudar?* (Theobaldo Miranda Santos, 1957). Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O livro tem em várias páginas a narrativa oficial como “Quem descobriu o Brasil foi um português chamado Pedro Álvares Cabral”, exaltação aos heróis nacionais como “A princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que libertou os escravos” (SANTOS, 1957, p. 90-1). Portanto, quando se trabalha com as histórias oficiais é necessário compreender que elas representam uma narrativa que exerce superioridade sobre as demais histórias, que entendemos serem vividas por diferentes sujeitos que conviveram nem sempre de maneira pacífica sobre o mesmo momento histórico. Os livros utilizados na escola têm um papel importante na formação de uma identidade nacional. “A formação de uma identidade nacional na escola começa com os livros didáticos, com a sacralização de certos acontecimentos históricos e personagens que os representam, como Tiradentes, D. Pedro I, Princesa Isabel” (ZAMBONI, 2003, p. 373). O passado e o novo são apresentados no livro como o primeiro sendo “atrasado” e o segundo “adiantado”.

O conhecimento histórico construído em sala de aula pode algumas vezes estar centrado na cronologia, na informação de fatos descontextualizados para a vida dos alunos, sem nenhuma vinculação com o momento presente, mas o conhecimento histórico, a perpetuação das memórias nacionais, acontece tanto no interior do ambiente escolar como fora dele e com diferentes linguagens: está presente nas exposições, nos museus, nos

arquivos, nos meios de comunicação (cinema, jornais, televisão, Internet) (ZAMBONI, 2003, p.376).

A narrativa do livro é toda feita em perguntas e respostas, há um diálogo entre Dona Alice, a professora, e Luisinho, que parece ser o aluno. Acompanhemos um diálogo entre ambos:

Antigamente, como era o Rio de Janeiro? - Era muito atrasado. Não havia água nem esgotos nas casas. A iluminação era a azeite de peixe, mais tarde a gás. A carne, o pão e o leite eram vendidos na rua. Só se viajava a cavalo, de carro de bois, de cadeirinha... Hoje como sabemos, o Rio é uma cidade muito adiantada. As casas têm água encanada e esgotos. Os alimentos são comprados em casas asseadas. Viajamos em bondes elétricos, automóveis, ônibus, trens de ferro e aviões (SANTOS, 1957, p.93).

As datas históricas também são trabalhadas. “Dona Alice disse que as datas mais importantes do Brasil são: 21 e 22 de abril, 7 de setembro, 12 de outubro, 15 e 19 de novembro” (SANTOS, 1957, p. 94). Há uma explanação sobre cada uma das datas, o fato ocorrido e a exaltação dos nomes que precisam ser guardados na memória. Outra atividade tem como tema central a Bandeira e o Hino Nacional, destacando o que significa cada cor e símbolo da bandeira.

O verde representa as nossas matas. O amarelo, o ouro e as outras riquezas do nosso solo. O azul, o nosso céu cheio de estrelas. O branco, a pureza do coração do Brasil. A bandeira nacional tem no centro uma esfera azul, atravessada por uma faixa branca, onde se lê: “Ordem e Progresso”. Isto quer dizer que os brasileiros devem respeitar as leis e trabalhar pela grandeza do Brasil (SANTOS, 1957, p.96).

Sobre o Hino Nacional, Dona Alice pergunta:

Sabe cantar o Hino Nacional? – Sei, dona Alice. Se a bandeira é o retrato, o hino é a música do Brasil. Quando vemos a Bandeira Brasileira e cantamos o Hino Nacional, nossos corações palpitam de amor pela nossa querida Pátria! (SANTOS, 1957, p.96).

A escola era, no período em análise, um dos locais fundamentais para a construção da identidade nacional e do conceito de nação, através de alguns processos como o livro didático e as comemorações cívicas, entre outros. O hino, a bandeira, as festas, as cerimônias cívicas, todos eles compõem a memória coletiva. São fatos ligados ao surgimento das nações e se tornam fundamentais para a construção da identidade nacional.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo. Ática, 1989.

BERENBLUM, Andréa. *A invenção da palavra oficial-Identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Centauro, 2006.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina de. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD 2004*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200006&script=sci_arttext. Acessado em 22/05/2008.

NASCIMENTO, Dorval do. *Faces da Urbe - Processo Identitário e Transformações Urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)*. Porto Alegre, 2006. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. *A política do livro didático*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1984.

OLIVEIRA, LÚCIA LUPPI. *As festas que a República manda guardar*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.4, 1989, p.172 - 189.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP. 1998.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria, VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZAMBONI, Ernesta. *Projeto Pedagógico dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Identidade nacional e consciência histórica*. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a07v2361.pdf>. Acessado em: 14 nov.2007.

FONTES

Escritas

E.E.F. Professor Lapagesse. *Memorial*. Criciúma: s.d. /s. p.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Certificado de Conclusão de Curso*, Livro nº 250, 3 de dezembro de 1958.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Ata da 1ª Reunião Pedagógica*, livro nº 30 F, 28 de abril de 1956, p. 351.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Ata da 2ª Reunião Pedagógica*, livro nº 30 E, 11 de abril de 1959, p. 6.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Ata da 2ª Reunião pedagógica*, livro nº 30 E, 8 de abril de 1961, p. 25.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Ata da 4ª Reunião pedagógica*, livro nº 30 F, 10 de junho de 1956, p. 355.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Ata da 5ª Reunião Pedagógica*, livro nº30 F, 11 de agosto de 1956, p. 358.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Ata da 7ª Reunião Pedagógica*, livro nº 30F, p. 364,13/10/1956.

E.E.F. Professor Lapagesse. *Ata das associações escolares*, 15/06/1956, s/p.

SALVE Brasil, por tua Independência! (Sebastião H. Pieri). *Tribuna Criciumense*. 1958, p.1

SANTOS, Theobaldo Miranda. *Vamos estudar. 2ª série primária*. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

SETE de Setembro. *Tribuna Criciumense*. 1956, p. 8.

Orais

C.A. estudou no Grupo Escolar Professor Lapagesse no primário e curso complementar de 1937 a 1942. Posteriormente cursou o Curso Normal no Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis. Trabalhou no Lapagesse como professora no curso primário de 1949 até 1964. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2007.

C.S.A., nascida em 1925, mudou-se para Criciúma em 1943, tornando-se professora do Grupo Escolar Professor Lapagesse em 1944. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2008.

E.L.M., nascida em Criciúma (distrito de Rio Maina) em 6/9/1946. Estudou no Grupo Escolar Professor Lapagesse no 5º ano complementar. Entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2008.

M.S.L., afrodescendente, começou a estudar no Grupo Escolar Professor Lapagesse em 1939. Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2007.

M.J.O., nascido em 1º/5/1948, foi aluno do Grupo Escolar Professor Lapagesse entre 1955 e 1959. Posteriormente, estudou no Colégio Júlio de Castilhos e na UFRGS, em Porto Alegre. Entrevista realizada em 4 de abril de 2008.

O.A.R.V., nascida em 29/7/1938 em Imaruí (SC), mudou-se para Criciúma em 1952 e estudou no Grupo Escolar Professor Lapagesse a partir do 5º ano complementar.

P.G.A., nascida em Pedras Grandes (SC) em 1943, estudou no Grupo Escolar Professor Lapagesse a partir de 1950. Posteriormente foi professora e inspetora escolar. Entrevista realizada em 27 de setembro de 2007.

R.D., nascida em 4/11/1945, mudou-se para Criciúma em 1956, tendo estudado no Grupo Escolar Professor Lapagesse no 5º ano complementar e Curso Normal Regional. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2008.

S.C., nascida em 1958, mudou-se para Criciúma em 1966, tendo sido aluna do Grupo Escolar Professor Lapagesse entre 1966 e 1969. Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2007.